

INTELECTUAIS EUROPEUS: TRANSAÇÕES CULTURAIS, CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS E DISPUTAS EM TORNO DA DEFINIÇÃO DE “INTELECTUAL”.

Eliana Tavares dos Reis

SAPIRO, Gisèle (Org.). *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation (XIX-XXI siècle)*. Paris: La Découverte, 2009. 402 p.

A coletânea *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation (XIX-XX siècle)*, organizada por Gisèle Sapiro, é um empreendimento coletivo de pesquisadores de distintas áreas das ciências humanas e sociais que possuem uma série de características em comum. Dentre elas, destaca-se o fato de terem “origem européia”; de estarem vinculados a diferentes instituições de ensino e pesquisa, notadamente na França, Alemanha e Itália; de serem associados (maior parte deles) ao *Centre de Sociologie Européenne*, em Paris; de realizarem pesquisas que têm refletido sobre o campo da produção cultural a partir de diferentes objetos de estudo; e de compartilharem um referencial analítico cujas bases foram concebidas por Pierre Bourdieu.

Vale destacar que a consagração de Bourdieu e de sua obra está no centro dos engajamentos científicos e políticos da “rede européia” (articulada pelos autores em questão, entre outros) que investe em atividades e projetos variados, divulgando seus posicionamentos. Institucionalizada no *Espace pour les Sciences Sociales Européen* (ESSE), criado entre 2004 e 2009, esta rede visa garantir a interlocução entre seus pares e também parece ser uma organização de luta pelo reconhecimento dos “intelectuais europeus”, haja vista o caráter de manifesto dos “princípios e proposições para refletir a formação de um espaço europeu”, anexado ao final do livro.

Na introdução, Sapiro antecipa o sentido da retomada e sustentação do lugar central da Europa na definição das profissões inte-

lectuais e suas formas legítimas de intervenção, em oposição à hegemonia norte-americana e aos poderes temporais na internacionalização do conhecimento. Assim, diante os riscos (“da introdução de métodos de administração do ensino e da pesquisa às diferentes formas de censura exercidas pelos grandes grupos de comunicação”) que circundam a autonomia da produção intelectual historicamente conquistada, o “espaço intelectual europeu poderia oferecer um lugar onde se organizaria a resistência coletiva a esse perigo”. O que não prescindiu de um “retorno reflexivo crítico sobre seu funcionamento e sobre os saberes que produz, os interesses que beneficiam, os valores que veiculam, as questões que excluem” (p.25).

A autora defende a adesão à perspectiva comparativa para melhor empreender uma análise estrutural do sistema mais amplo de relações nas quais estão inseridas as dinâmicas específicas. Assim, para ela, é necessário proceder a uma “ruptura com o nacionalismo metodológico que continua a prevalecer na história intelectual” para reforçar a dimensão comparativa entre Estados Nacionais (p.10). O que não significa dizer que não seja imprescindível a “reconstituição minuciosa dos espaços de referência” (p. 12), uma vez que, conforme realça Heilbron no capítulo final do mesmo livro, “o espaço internacional se constrói historicamente a partir das estruturas nacionais, e ele pode ter por efeito tanto o de reforçar as especificidades nacionais como de desnacionalizar as práticas de pesquisa” (p. 310).

As discussões apresentadas na coletânea estão, então, inseridas numa agenda de pesquisas e em estratégias de edificação e preservação das fronteiras do campo intelectual/científico esboçadas por Bourdieu que, não fortuitamente, aparece no primeiro e distinguido artigo da obra. Neste, ele

propõe uma reflexão sobre as condições sociais de circulação internacional das idéias, enfatizando o potencial político e analítico de se perceber a construção desse lugar de produção (e transação) que extrapola o arbitrário das fronteiras nacionais. Político, porque combina a descrença no *laissez-faire* das trocas internacionais em matéria de cultura, que levaria frequentemente a “fazer circular o pior e a impedir o melhor de circular”, com uma convicção de cientista de que quando se conhece os mecanismos sociais se amplia as chances de dominá-los. Analítico, porque suscita questões primordiais para se pensar sobre as transferências culturais ou trocas internacionais, ponderando e transpondo os entraves decorrentes de fatores estruturais criadores de equívocos raramente levados em conta nas apropriações de modelos alienígenas. Com efeito, é necessário lembrar que “os textos circulam sem seu contexto”, ou seja, estão desconectados do “campo de produção do qual são o produto”, o que permite aos receptores tomá-los orientados pela estrutura do campo no qual estão inscritos (p. 30).

Por isso, o sociólogo apostava (na ocasião da conferência de inauguração do Frankreich-Zentrum da universidade de Friburgo, que deu origem ao texto em questão, centro que foi por ele mesmo estimulado na sua relação com Joseph Jurt) na “importância de um programa de pesquisa científica européia sobre as relações científicas européias” (p. 29). Em consonância como essa perspectiva, Victor Karady (cap. 1) indica a necessidade de se fazer investimentos sistemáticos em “pesquisas cooperativas sobre vários países”, buscando as regularidades na história social dessas disciplinas, a transnacionalização das relações que estabelecem desde o século XIX, considerando igualmente as resistências e heterodoxias

que se manifestam “no seio mesmo das práticas intelectuais reconhecidas como legítimas” (p. 67). É neste sentido que, em sua contribuição, oferece um mapeamento dos processos de afirmação de vários pólos centrais de formulação e produção de conhecimentos no âmbito das ciências sociais, que compunham, mediante as relações que estabelecem entre si e com outros pontos mais ou menos periféricos, o espaço europeu desses saberes. Para tanto, expõe quadros demográficos e institucionais, sublinhando que o trabalho é intrincado, pela existência de diferentes ritmos de transformações, ao longo do tempo, das relações entre as posições dominantes neste espaço e aqueles que estão em sua órbita, bem como não necessariamente são coincidentes com a ocorrência de modificações das disciplinas específicas das ciências sociais.

As transformações históricas e geográficas, políticas e intelectuais, ocorridas desde o século XIX em diferentes países da Europa revelam interdependências e processos de adaptação das inserções e representações dos agentes, profissionais da manipulação de bens simbólicos, sobre o mundo social e sobre o seu lugar e papel nesse mundo. É nesta direção que Christophe Charle (cap. 2) evidenciou o “nascimento dos intelectuais” na França e a difusão, adoção e rejeição deste neologismo em configurações como a alemã, a inglesa e a russa. O autor explora os condicionantes históricos de diversificação de um mercado de bens culturais que incide na evolução social das condições de vida do intelectual; de redefinição das atividades e posições que ocupam, notadamente nos domínios estatais ou na dependência em relação ao “mercado de massa”; e de reconfiguração das relações entre o campo intelectual e o campo político evidenciada com o *affaire* Dreyfus, cujas lutas resulta-

ram na emergência da categoria “intelectual” como portadora de uma identidade coletiva fundada na reivindicação de sua autonomia e seu papel de contestação do Estado e das elites políticas.

Seguindo a lógica cronológica que presidiu a distribuição dos capítulos desta primeira parte do livro, composta por cinco textos que têm como eixo os processos de “desintegração e reintegração do espaço intelectual na Europa”, Gisèle Sapiro (cap. 3) focaliza um fenômeno que marcou a primeira metade do século XX. Trata-se do impacto dos conflitos e clivagens políticas, no período entre as duas guerras mundiais, em termos de organização profissional e militante, bem como para a circulação internacional e concorrencial dos agentes. Momento, portanto, singular de articulação das estratégias de afirmação dos intelectuais em bases nacionais – consolidando representações culturais e geopolíticas como modelos centrais – e de sua constituição como grupo no espaço internacional, no qual disputam a posição e imposição de sua hegemonia cultural. A autora destaca o empenho na universalização das paixões, sustentadas em justificações letradas, e reivindicações de autonomia do campo intelectual, inclusive em relação ao “interesse nacional”, como critério de avaliação de seus produtos; e a fixação da noção de cultura como categoria de intervenção pública, forjada na luta ideológica (contra o fascismo, por exemplo) que os intelectuais estiveram envolvidos, atesta os contornos da politização do mundo intelectual, as condições de profissionalização das suas atividades e da difusão internacional dos seus “modelos de organização”.

Deste modo, como demonstrou Anna Boschetti (cap. 4), as disputas e alinhamentos do mundo depois da segunda guer-

ra mundial (pós-45), como não poderia deixar de ser, repercutiram na recomposição do campo intelectual internacional até o início dos anos 1960, com uma politização significativa dos posicionamentos dos agentes. Tal politização é apreendida em relação às posições por eles ocupadas no campo intelectual e deste em relação ao campo do poder, testando indicadores pertinentes para a análise dos determinantes conjunturais e estruturais que pesaram sobre a formação do espaço internacional de inserção intelectual. Sem desconsiderar as lógicas e hierarquias dos campos específicos que o compõem e que se traduzem no lugar que ocupam na hierarquização transnacional, ou seus efeitos na “circulação transnacional dos homens, das obras e das representações” (p. 152).

A propagação e a consagração de articulações contestatórias aparecem como resultante de uma forma de associação entre politização e internacionalização, assim como demonstrou Ingrid Gilcher-Holtey (cap. 5) para a proliferação de movimentos reivindicatórios que se ergueram em diferentes contextos nos anos 1960 e que, em consonância, promoveram uma “subversão cognitiva” das bases da esquerda em termos mundiais. Movimentos esses com características distintas, porém com “raízes européias” (mais diretamente o ‘maio de 68’). A autora parte da caracterização deste período como sendo um “momento crítico”, oportunizado pela “crise estrutural das universidades” e, na cena internacional, pelas interações da guerra do Vietnã. Conjugam-se a isso, os princípios de democratização e o crescimento das modalidades de participação que aparecem como uma retomada das propostas da Primavera de Praga, ativando “idéias força” como as de “democracia participativa”, de “autogestão”, de “co-de-

cisão” ou “paridade”. Desta forma, contribuindo para a subversão das percepções em voga acerca do mundo social e a formação de uma “nova esquerda intelectual” (p. 185).

Sendo assim, as perturbações políticas, econômicas e culturais que afetaram as diferentes configurações históricas que compõem a Europa, resultaram em re-acomodações das fronteiras móveis e vulneráveis que delimitam o mapa de espaços, competições e colaborações entre os diferentes domínios de intervenção (intelectual e/ou militante) dos agentes. A segunda parte do livro é dedicada à discussão mais específica sobre os efeitos dessas transformações no campo literário.

Para a apreensão das estratégias de internacionalização da literatura ou de constituição de um campo literário europeu, é preciso verificar as suas origens nacionais, mais particularmente, como sugere Joseph Jurt (cap. 6), cabe observar as intersecções entre as produções ou os usos da literatura com a formação ou os reconhecimentos das nações modernas. Ou seja, a literatura pode exercer um papel tanto para o fundamento de uma realidade nacional, imprescindível, sobretudo para situações de “ausência de estruturas políticas nacionais” (p. 231); como se constituir apenas em um atributo da nação, um dos seus elementos de valorização, sendo distintas as feições destas relações para as distintas “realidades nacionais”. Sem dispensar o exame dos confrontos entre possíveis subcampos regionais que compõem o campo literário nacional e suas hierarquias (segundo a lógica centro/periferia), tributários do maior ou menor prestígio gozado pelos diferentes domínios lingüísticos, Jurt sublinha que a singularidade francesa reside na invenção de uma literatura nacional com pretensão universalista.

Com efeito, mesmo que a “literatura nacional” seja uma categoria histórica, não universal, há escritores que proclamam o caráter universal de suas obras, recusando seu enraizamento em “tradições nacionais”, como estratégia de legitimação que podem fundamentar a constituição de um campo literário europeu. Para Pascale Casanova (cap. 7), a existência de uma “literatura européia” somente pode ser ponderada levando-se em conta um denominador comum ou um “traço trans-histórico” que justifica que esta se apresente como um conjunto coerente pela existência de unidade política e cultural, qual seja: as rivalidades e lutas que incessantemente opõem os espaços nacionais entre si. Paradoxalmente, seria justamente nesses conflitos e concorrências que se constituiria a unificação literária da Europa. Por isso, sublinha que “essa história seria aquela dos modelos e contra-modelos, dos domínios e das dependências, das imposições e das resistências, em resumo, dessas lutas específicas que são ao mesmo tempo perpétuas e implacáveis” (p. 234).

Pode-se conceber que tais embates e confrontos se expressem no desenho de um mercado de tradução que permite a expressão e conquista de assento da “literatura nacional” (dominante) num possível campo internacional. Gisèle Sapiro (cap. 8) aponta o lugar de destaque que a Europa ocupa no estabelecimento de um mercado mundial da tradução e nos processos de reconfiguração da geografia das trocas intelectuais. Diferentemente da importação massiva de livros, tal como ocorre nos E.U.A, a Europa conquista uma posição central neste mercado, mormente no que diz respeito à densidade e à diversidade das trocas devido à convergência de vários fatores, dentre os quais: a “antiguidade das tradições intelectuais”; a “anterioridade do desenvolvimento do mer-

cado do livro”; a “difusão do modelo das identidades nacionais na Europa do século XX”; as “novas vias e o quase monopólio que assegurou a colonização aos editores europeus nos seus domínios lingüísticos” (p. 287). Cabe ressaltar que, evidentemente, os fluxos das traduções variam em função do tipo de obra, cortando esse espaço em dois pólos que opõe as produções com difusão mais ampla, como os best-sellers, ensaios, biografias, guias turísticos, etc.; e aquelas com difusão mais restrita, como a literatura e as ciências humanas e sociais.

No que diz respeito às ciências sociais, a terceira parte do livro ora resenhado concentra-se no lugar dessas ciências que, a um só golpe, apreendem e são apreendidas nas inscrições nacionais e internacionais, realçando que elas contribuem decisivamente para a existência de estados e de nações.

Johan Heilbron (cap. 9) desenvolve sua discussão voltada para a relação entre as tradições nacionais e as ciências sociais, grifando que, em muitos lugares, esta nasce como uma “ciência de governo”, isto é, como produtora de “saberes administrativos e políticos a serviço dos estados nacionais emergentes” (p.306). Desta forma, antes de se fortalecer no século XX como disciplina universitária, conquistando condições profissionais que garantem a produção de conhecimento com relativa autonomia frente à demanda estatal, as ciências sociais tinham seus saberes pautados pela relação com os Estados. Além disso, as próprias formas de sua institucionalização foram condicionadas pelo “papel central das estruturas estatais”, o que sugere a pertinência de se “comparar a estrutura política das ciências sociais conforme os países e, mais particularmente, a considerar os efeitos do grau de centralização ou de descentralização dos estados nacionais” (p.307).

Realizando uma “história transnacional das ciências sociais”, este mesmo autor, juntamente com Nicolas Guilhot e Laurent Jeanpierre (cap. 10), apreendem justamente os processos de institucionalização que se intensificam, notadamente a partir dos anos 1960, acompanhados de diferentes formas de migração intelectual, especialmente no que tange à circulação transnacional de estudos universitários; à articulação de redes transnacionais entre instituições internacionais; e à importância atribuída às “políticas de trocas transnacionais” por instituições estatais e privadas. Acontece que os mecanismos que colaboraram de forma contundente para o trânsito internacional de indivíduos e idéias, assim como para a mundialização das ciências sociais, ocorreram de modo muito desigual e segundo uma “estrutura extremamente assimétrica, [que] consagra a hegemonia dos países ocidentais, estando em primeiro lugar os Estados Unidos” (p. 345). Além disso, tal estrutura se manifesta no conteúdo e nos campos de aplicação disseminadas no âmbito das ciências sociais, pois estão geralmente vinculados ao aparelho administrativo e político, responsáveis pela reprodução daquela assimetria.

Em vista desses aspectos, é possível problematizar a existência de uma idéia estável de “sociologia européia”. Heilbron (cap. 11) ressalta exatamente as múltiplas definições que tal categoria assume ao longo de consideráveis variações históricas, decorrentes de modificações geopolíticas abrangentes, desde sua gênese na Europa; passando por períodos de afirmação das instituições de ensino no final do século XIX e início do século XX; e de sua expansão entre a primeira e a segunda guerra mundial, coincidindo com a consolidação da hegemonia americana. A segunda metade do século XX cor-

responderia a um momento em que a “sociologia européia” estaria reconstruindo seu universo de referências, necessitando enriquecer a inserção dos diferentes “sociólogos nacionais” (em revistas qualificadas, por exemplo).

A partir da década de 1980, ocorre uma maior intensificação das trocas internacionais e intra-européias, mesmo que, como ressaltam Yves Gingras e Heilbron (cap. 12), comparativamente às chamadas “ciências da natureza”, os esforços no sentido de uma contínua e veemente internacionalização das ciências humanas e sociais não teriam a mesma notabilidade na divulgação e transnacionalização dos seus produtos. Os autores se debruçam sobre um material preciso que são os artigos publicados em revistas catalogadas no *Web of Science*, comprovando a persistência da hegemonia anglo-americana no campo das ciências humanas e sociais no âmbito internacional. No tocante às cooperações intra-européias, notabilizam-se os pesquisadores na Grã Bretanha, que estabelecem redes de colaboração “mais fortes com países não europeus do que com países europeus” (p. 378), sendo que os resultados demonstram que boa parte da produção científica em ciências sociais permanece local e nacional.

A problemática que mobiliza os autores e textos presentes na obra em pauta, sem dúvidas, está relacionada às condições históricas e disciplinares nas quais estão inseridos, bem como aos princípios de concorrência intelectual que se lançam em oposição a outros modelos centrais de gestão da produção mundial de bens simbólicos. Suscitam discussões sobre o peso das relações centro/periferia na legitimação e circulação desses bens, bem como das modalidades de trocas intelectuais passíveis de serem estabelecidas em diferentes níveis nacio-

nais e internacionais. Acima de tudo, o livro traz contribuições à reflexão sobre dimensões, indicadores, estratégias metodológicas e analíticas pertinentes aos estudos dos “intelectuais” que podem servir como ponto de partida para se extrapolar a circunscrição das trocas no “espaço europeu” ou intra-ocidental. Tomando-as, então, como arsenal para a investigação das *dinâmicas órfãs*, nos termos de Badie e Hermet, por um lado, é possível apreender as definições, papéis e disputas que envolvem os profissionais da manipulação de bens simbólicos no âmbito nacional em diferentes e sucessivas fases históricas e de concorrência (entre eles e com outros agentes sociais). Por outro, relacioná-los às estratégias e condições mais amplas de circulação e inscrição no chamado espaço transnacional.

NOTA SOBRE A AUTORA

Eliana Tavares dos Reis é mestre e doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora do DESOC e PPGCSoc-UFMA, coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais - LEEPOC.

Recebido em: 30.05.11
Aprovado em: 08.06.11

